

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: FORMAÇÃO, AVALIAÇÃO E TRABALHO DOCENTE EM ANÁLISE

Iza Cristina Prado da Luz.

Eixo2: Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar
Professora da Secretaria Municipal de Educação de Belém
Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa de Políticas Educacionais,
Formação e Trabalho Docente/Universidade Federal do Pará.
izahoje@yahoo.com.br

Diana Lemes Ferreira.

Eixo2: Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar
Professora da Universidade Estadual do Pará
Professora da Secretaria Municipal de Educação de Belém
Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa de Políticas Educacionais,
Formação e Trabalho Docente/ Universidade Federal do Pará
Dianalemes09@hotmail.com

Resumo: Este trabalho consiste em uma análise referente ao Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que visa alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. O objetivo é analisar o Pacto como um programa de formação docente, visto como estratégico para a melhoria dos resultados educacionais. Em um primeiro momento o Pacto Nacional será apresentado, em seguida será analisado no contexto da política de formação docente, e, por último serão apresentadas considerações conclusivas. Esta análise reafirma a vigência de uma política de formação vinculada à busca de melhores resultados educacionais nas avaliações nacionais.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Formação Docente; Avaliações Nacionais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma análise preliminar do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, um programa do MEC, que se configura como um compromisso assumido entre o governo federal, estadual e municipal que pretende alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, instituído pela portaria nº 867 de 4 de julho de 2012.

Sobre o Pacto Nacional é preciso registrar que é destinado à formação continuada de professores alfabetizadores, que são professores que atuam nas turmas de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental e professores de classes multisseriadas. Esta formação consiste em

encontros de estudo e atividades práticas conduzidos pelos professores orientadores, também professores da rede pública de ensino. O referido programa governamental tem duração prevista de dois anos e tem como principal referência o Programa Pró-Letramento.

O Pró-Letramento é um programa governamental, implementado em 2005, apresentado como estratégia de formação continuada à distânciaⁱ e em serviço de professores das séries iniciais do ensino fundamental, que atuam na rede pública de ensino, com o objetivo de favorecer a melhoria do desempenho escolar de alunos nas áreas de leitura/escrita e matemática. O programa é realizado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica e da Secretaria de Educação à Distância, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão das secretarias estaduais e municipais de educação mediante ao Plano de Ações Articuladas (PAR)ⁱⁱ(BRASIL, 2007).

A referida análise visa trazer para discussão referente às políticas educacionais no Brasil este programa como parte da política educacional consolidada na década 2000, no que se refere à sua provável repercussão na formação continuada, no trabalho docente e no currículo, com base na problemática de implementação de programas governamentais emergenciais de formação de professores da educação básica, vistos como estratégicos para a melhoria dos resultados educacionais nas avaliações nacionais.

Para a análise do Pacto Nacional no contexto atual da educação brasileira se recorrerá a autores como Afonso (2012); Freitas (2012) Santos (2008), Scheibe (2010), Oliveira (2004), Freitas (2007), assim como, a documentos e marcos regulatórios relacionados ao referido programa governamental como: o Manual do pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece; a portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, que institui o pacto; a portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012, que define categorias para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa e a medida provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012 que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados, dentre outros.

Em um primeiro momento será traçado um perfil do Pacto Nacional, em seguida este programa governamental será analisado no contexto da política de formação docente, e, por último serão apresentadas considerações conclusivas.

Esta constitui uma primeira análise referente ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, implementado durante o governo Dilma Rouseff (2010-atualidade), somado a outros programas governamentais voltados para a formação docente em vista da melhoria dos resultados educacionais nas avaliações nacionais que pretende motivar outras discussões no campo das políticas educacionais.

O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um programa do governo federal, no âmbito do MEC que, de acordo com o documento Manual do pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece, “é um compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental (BRASIL, p.11, 2012)”.

No Manual do pacto (2012) é ressaltado que a alfabetização de todas as crianças brasileiras até o final do 3º ano do ensino fundamental, quando completam a idade de 8 anos, constitui um compromisso do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, assim como constitui uma meta do novo Plano Nacional de Educação em discussão no Congresso Nacional.

Como pode ser observado o Pacto é a continuação dos programas implementados durante o Governo Lula (2003-2010) e que trata a relação formação, trabalho docente e avaliação como estratégica para atingir melhores resultados nas avaliações nacionais, como é o caso da Prova Brasilⁱⁱⁱ, da Provinha Brasil^{iv} e da prova que será aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aos alunos do 3º ano do ensino fundamental, a partir de 2014, que se configurará como uma avaliação externa anual para verificar o percurso de aprendizagem dos alunos.

Nessa direção, destaca-se que foram implementados programas de formação para os professores da educação básica que visavam à melhoria dos resultados nas avaliações nacionais, assim como ocorreu com o Pró-Letramento, destinado aos professores das séries iniciais do ensino fundamental que surgiu após a constatação pelo MEC da necessidade de melhorar os resultados obtidos no Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB), em 2003. De acordo com o MEC, no documento Fracasso escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar (2005), no que se refere ao desempenho dos alunos da então 4ª série do ensino fundamental no SAEB/2003, o resultado foi de 36,7% de alunos no nível crítico em Língua Portuguesa e de 40,1% de alunos no nível crítico em matemática.

O Pró-Letramento é considerado um programa educacional exitoso pelo MEC, o que contribuiu para que fosse tomado como referência para o Pacto Nacional. Sob a perspectiva da avaliação como mensuração, de fato, após o surgimento do Pró-letramento ocorreu a melhoria dos resultados educacionais, como pode ser observado a partir dos resultados do

Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) e da Prova Brasil, apresentados na dissertação intitulada Política de Formação Continuada de Professores: a repercussão do programa Pró-letramento no trabalho de professores de escolas públicas.

Em relação ao IDEB, no ano de 2007, o índice foi de 4,2 e no ano de 2009 foi alcançado o índice de 4,6 nas séries iniciais do ensino fundamental. Os resultados alcançados nas séries iniciais superaram as metas estimadas, que eram para o ano de 2007 de 3,9 e para o ano de 2009 de 4,2, o que indica a melhoria do sistema educacional brasileiro, ao menos em termos numéricos.

No que se refere à Prova Brasil, registra-se que a nota média em 2007 foi de 4,8 e em 2009 de 5,2 nas séries iniciais, o que também indica numericamente, a elevação do nível de aprendizagem desses estudantes no âmbito nacional, considerando o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática de estudantes das séries iniciais.

No entanto, é preciso retomar a análise de que a avaliação nacional tem se pautado em parâmetro internacional único para “mensurar” a aprendizagem de estudantes de diferentes países e, isso engendra competição, *ranqueamento* entre países, escolas e professores.

No campo da legislação, registra-se que o pacto foi instituído pela portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, neste documento estão previstas as diretrizes gerais deste programa governamental. Neste campo destaca-se também a portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012, que define categorias para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do pacto; a medida provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012 que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do pacto e, a portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, que define o valor das bolsas dos participantes da formação continuada do Pacto.

Na portaria nº 867 de 4 de julho de 2012 é relevante destacar três dos objetivos do Pacto Nacional elencados no artigo 5º:

I-garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; III melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e IV- contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores.

Os incisos I, III e IV ressaltados da portaria nº 867/2012 permitem que se observe a ênfase atribuída às áreas de conhecimento Língua Portuguesa e Matemática, tornando secundárias as demais áreas de conhecimento também importantes para a escolarização das

crianças nesta idade de 8 anos; que o investimento na qualidade da educação visa a melhoria dos índices do IDEB e que os professores são considerados importantes nessa busca de melhores resultados educacionais.

Freitas (2012) ao analisar o perigoso controle dos reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos, alerta para as conseqüências dessa intervenção, sendo relevante destacar as seguintes: estreitamento curricular; competição entre profissionais e escolas; pressão sobre o desempenho dos alunos e preparação para testes, fraudes e precarização da formação do professor, dentre outras.

Com base na análise deste autor, esta ênfase em Língua Portuguesa e matemática, além de limitar o campo de conhecimentos dos estudantes das séries iniciais do ensino fundamental retira a autonomia dos professores, tendo em vista que, os pressionam a trabalhar intensivamente as áreas do conhecimento que serão avaliadas, para conseguir alcançar os resultados pretendidos nas avaliações de larga escala.

No que se refere às ações previstas para o Pacto, elas compreendem os seguintes eixos apresentados no artigo 6º da portaria nº 867/2012:

- I- formação continuada de professores alfabetizadores;
- II- materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais;
- III- avaliação e;
- IV- gestão, controle e mobilização social.

Como pode ser observado na portaria nº 867/2012, a questão da formação continuada de professores e avaliação aparecem como pontos estratégicos do referido programa.

Registra-se também, conforme a portaria nº 1.458/2012 que a bolsa dos professores alfabetizadores e orientadores será financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Na portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, no artigo 1º, incisos I e II respectivamente, ficam definidos os valores de R\$ 200,00 (duzentos Reais) para os professores alfabetizadores e de R\$765,00 (setecentos e sessenta e cinco Reais) para os professores orientadores.

O fato de os professores alfabetizadores receberem bolsa, mesmo sendo um valor que parece uma ajuda de custo é considerado um avanço na política de formação docente promovida pelo MEC, tendo em vista que os professores cursistas do Pró-Letramento não recebiam tal auxílio para participarem da formação, como demonstrado na pesquisa que resultou na dissertação de mestrado intitulada Política de Formação Continuada de Professores: a repercussão do Programa Pró-Letramento no trabalho de professores de escolas públicas, citada anteriormente neste artigo.

Neste artigo, porém, importa analisar a formação continuada dos professores alfabetizadores e a avaliação.

A formação de professores consiste em um curso presencial destinado aos professores alfabetizadores com duração de dois anos, com carga horária de 120 horas por ano, baseado no Programa Pró-letramento que tem como proposta de trabalho estudos e atividades práticas sendo conduzidos por professores orientadores^v. Registra-se também que na formação continuada promovida pelo Pacto Nacional em 2013 será enfatizada linguagem e em 2014 será enfatizada a matemática (MANUAL DO PACTO, 2012).

Em relação à avaliação é preciso retomar o registro de que a partir de 2014, somada às avaliações nacionais que já são aplicadas aos alunos das séries iniciais do ensino fundamental ocorrerá a aplicação de uma prova pelo Inep, semelhante à Provinha Brasil, apontada como fator determinante para a implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Com base nesse breve perfil traçado sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é propício analisá-lo com base em algumas referências teóricas.

O PACTO, A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE E AS AVALIAÇÕES NACIONAIS

O Fórum Mundial sobre Educação de Dakar, em abril de 2000, e a conseqüente Declaração de Dakar (2000) representaram a retomada do compromisso em alcançar os objetivos e metas da educação assumido na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990, o que torna evidente o fracasso do atendimento das metas, ou do atendimento apenas parcial.

As reformas educacionais foram implementadas, principalmente, a partir da década de 1990, mediante propostas educacionais que visavam à melhoria da qualidade da educação. Ressalta-se, porém, que esta é uma qualidade do ponto de vista reformador. É como analisa Afonso (2012), não se trata de uma “qualidade negociada”, mas de uma qualidade neutra e despolitizada, tendo em vista que visa atender a mera “prestação de contas” de resultados educacionais.

A qualidade da educação, segundo a lógica reformista, é a que pode ser mensurada com base em parâmetros internacionais de avaliação, mediante testes padronizados ou estandardizados, que tem como principal referência a competitividade.

Afonso (2012) analisa que a perspectiva reformista difundida é de que a superação dos problemas da qualidade da educação pública está relacionada ao *accountability*, que

consiste em avaliação externa baseada em testes padronizados, soluções privadas para superar problemas das escolas públicas, divulgação dos resultados e *rankings* escolares, responsabilização das escolas e gestores e responsabilização de professores vinculada ao desempenho dos alunos.

No Brasil, em relação à avaliação da educação básica é preciso destacar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil e a Provinha Brasil que seguem os parâmetros internacionais de avaliação, do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes- PISA^{vi}, coordenado pela OCDE, um organismo internacional.

Esta forma de avaliação da educação básica é problemática, devido visar resultados mensuráveis, desconsiderando as condições materiais de escolas e professores, que não são as mesmas em todo território brasileiro, imprimindo uma conotação negativa aos processos avaliativos externos.

Em contrapartida, se pretende uma política de avaliação da educação básica que promova a participação efetiva, a autonomia e resultados destinados à intervenção para a melhoria da escola pública, como bem público e direito social.

No cenário político brasileiro, durante os primeiros anos da década 2000, mais especificamente em 2002, o partido do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores – PT, promoveu a Convenção Nacional do PT que aprovou uma ampla aliança política (PT, PL, PCdoB, PCB e PMN^{vii}), tendo como base um programa de governo que pretendia resgatar as dívidas sociais fundamentais que o país tinha com a maioria do povo brasileiro, sendo o senador José Alencar, do PL de Minas Gerais, o candidato a vice-presidente na chapa. Neste mesmo ano, Lula foi eleito Presidente do Brasil e em 2006 foi reeleito, sendo novamente José Alencar o vice-presidente (BIBLIOTECA VIRTUAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA).

No documento Uma Escola do Tamanho do Brasil (2002), plano de governo do ex-presidente Lula para o campo educacional, a educação é apontada como uma prioridade, tendo em vista que é considerada relevante para a transformação da realidade econômica e social brasileira.

No período do governo Lula, destaca-se que as políticas em vigência foram aprofundadas e outras foram introduzidas, mas seguindo a mesma lógica de educação pautada na competitividade. Assim é que visando suprir as deficiências da formação dos profissionais da educação básica é que foram criados diversos programas, planos e leis, tais como: O Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE, em 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, promulgado pelo Decreto Lei 6.094/2007, o Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica (IDEB) (aprovado pelo mesmo decreto), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)^{viii}, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007 e a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica, em 2004, que foi instituída com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e dos alunos, integrada por universidades que se configuram como centros de pesquisa e desenvolvimento da educação, tendo como público-alvo prioritário professores de educação básica dos sistemas públicos de educação, dentre outras ações.

No Governo Dilma Rousseff (2010-atualidade)^{ix} foram retomados programas governamentais destinados à educação implementados durante o governo Lula (2003-2010) e criados outros como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011 com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, em 2012, que é um compromisso assumido entre os governos federal, estadual e municipal que visa assegurar que todas as crianças de até 8 anos se tornem alfabetizadas ao final do 3º ano do ensino fundamental.

É relevante destacar que a formação e a atuação docente são consideradas pelo governo federal aspectos estratégicos no alcance da qualidade do ensino, o que tem contribuído para a responsabilização do professor pelos resultados nas avaliações nacionais, sendo ampliadas as propostas de políticas/programas de formação, tanto inicial quanto continuada de professores, apontada por autores como Santos (2008), Scheibe (2010), Oliveira (2004), Freitas (2007), dentre outros.

Nessa direção, Oliveira (2004) analisa que tem sido marcante a centralidade da categoria docente nos programas governamentais, pois estes têm sido considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos.

O processo de avaliação da educação básica está centrado em instrumentos de avaliação, tais como o SAEB, a Prova Brasil e a Provinha Brasil, que fragilizam o trabalho docente, no sentido de promover a competitividade entre as escolas na busca de melhores resultados sem considerar as condições sociais e econômicas em que estão inseridos professores e alunos.

Sobre essa relação entre a avaliação educacional e o trabalho docente, Afonso (2012), considerando que diferentes propostas de reforma têm culpabilizado os professores pelos resultados dos alunos e dos sistemas educativos, alerta para que esta responsabilização

dos professores seja confrontada com o controle exercido pelo Estado e por outros segmentos sociais sobre o que se ensina e como se ensina nas escolas públicas.

Com base nesse contexto educacional apresentado pela literatura relacionada às políticas educacionais (LIMA, 2006; FREITAS, 2007; AFONSO, 2009) é que se faz necessário analisar o recente programa do governo federal: o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, tendo em vista a correlação feita entre o desempenho dos estudantes e o trabalho docente, no sentido de responsabilização desses profissionais sem contar com condições adequadas de trabalho.

Neste artigo é relevante destacar a estreita relação entre a formação promovida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e a questão da avaliação na educação básica, considerando também os impactos no trabalho docente^x.

A formação continuada promovida pelo Pacto Nacional seguindo a trajetória de busca por melhores resultados educacionais poderá ocasionar a intensificação e a precarização do trabalho docente, sem contar que por ter surgido em decorrência da pretensão de obtenção de bons resultados na prova do INEP aponta para uma tendência utilitarista dessa formação.

A intensificação do trabalho docente, em termos gerais e com base em Pino, Vieira e Hypólito (2009) e Luz (2012), consiste na sobrecarga de trabalho dos professores provocada, dentre outros fatores, por uma ampla jornada de trabalho e turmas numerosas, agravadas pelo fato de que precisam dedicar mais esforços para alcançar melhores resultados nas avaliações nacionais, que somada a não garantia de condições favoráveis de trabalho, tais como: falta de recursos, falta de tempo para a formação continuada, salários reduzidos implicam na precarização do trabalho docente.

Tal cenário de trabalho propicia a individualização ou o isolamento do processo formativo e até mesmo do trabalho docente, como é reforçado nos apontamentos de Cabral Neto e Macêdo (2006) e de outros autores. Desse modo, os programas de formação de professores têm assumido um caráter de individualização do processo formativo e permite inferir que o Pacto Nacional tenderá a ser norteado por esta perspectiva de formação continuada de professores.

Este processo de isolamento somado ao aspecto da descontinuidade dos programas de formação continuada de professores poderá consolidar o processo de intensificação docente, entendida como sensação de sobrecarga de trabalho, tendo em vista que os professores acabam por ter que participar de mais de uma formação continuada sem contar com tempo inserido na sua carga horária de trabalho para participar dos cursos e tendo uma extensa jornada de trabalho.

Com base na análise referente à provável repercussão do Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa sobre a formação e trabalho docente é propício apresentar considerações conclusivas referentes aos impactos deste programa governamental, sem perder de vista a questão da avaliação como definidora de políticas de formação.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com base nesta análise preliminar de documentos e referenciais teóricos representa a mais recente estratégia do governo federal, que mais uma vez promove um programa de formação continuada de professores para melhorar os resultados educacionais nas avaliações de larga escala.

Desse modo, a avaliação, considerando o contexto mais amplo das políticas educacionais, não tem desempenhado somente um papel pedagógico, mas também, tem funcionado como uma forma de controle sobre o trabalho docente. Daí, a tensão entre a avaliação como instrumento de controle e como ferramenta para aumentar o profissionalismo e o desenvolvimento escolar (AFONSO, 2009).

Em contrapartida, se pretende, conforme preconizado pelos movimentos sociais ligados à educação tais como a CNTE, ANFOPE, ANPEd, CEDES e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, uma política de avaliação da educação básica que promova a participação efetiva, a autonomia e resultados destinados à intervenção para a melhoria da escola pública. Assim, torna-se latente a necessidade de reorientação da política educacional para a educação básica que priorize uma educação com qualidade social, entendida como acessível à maioria da população escolarizável e, pautada nos princípios de inclusão social e na constituição de pessoas críticas.

No que se refere à formação continuada de professores é preciso que se torne uma política de Estado e não de Governo, que se manifesta pela descontinuidade e pela tendência utilitarista como analisa Cabral Neto e Macêdo (2006), tendo em vista que está intimamente relacionada à busca de melhores resultados nas avaliações, por meio da mensuração de notas. Também é preciso que os professores contem com condições favoráveis para usufruir de seus processos de formação e com garantia para uma atuação profissional consistente, tais como recursos materiais e humanos, tempo necessário para formação, jornada de trabalho reduzida, dentre outros fatores.

Em termos gerais, esta é apenas uma análise preliminar referente ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa que pretendeu motivar outras discussões neste campo de estudo, das políticas educacionais.

Notas

ⁱ O Pró-Letramento funciona na modalidade semipresencial, mediante a utilização de material impresso e vídeos, com atividades presenciais e à distância, acompanhadas por tutores (BRASIL, 2010).

ⁱⁱ A partir da implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, todas as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) considerados instrumentos fundamentais para a melhoria do IDEB.

ⁱⁱⁱ A Prova Brasil compõe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e avalia os estudantes em Língua Portuguesa e Matemática e é aplicada aos estudantes do 5º ano (4ª série) do ensino fundamental, bem como fornece resultados que são também utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

^{iv} A Provinha Brasil avalia estudantes do 2º ano (1ª série) do ensino fundamental.

^v De acordo como site do MEC, os orientadores realizarão um curso específico de 200 horas por ano, ministrado por universidades públicas.

^{vi} Segundo Maués (2009), o PISA é um exame internacional que vem sendo aplicado a estudantes, em média a cada três anos, com o objetivo de produzir indicadores dos países envolvidos, referentes às áreas de conhecimento da leitura, matemática e ciências, tidas como parâmetro de desempenho exigido pela sociedade globalizada, coordenado internacionalmente pela (OCDE), um organismo internacional.

^{vii} As referidas siglas significam, respectivamente: Partido dos trabalhadores, Partido Liberal, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro, Partido da Mobilização Nacional.

^{viii} O FUNDEB foi antecedido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), instituído pela Emenda Constitucional 14/1995 e pela Lei 9424, de 24 de dezembro de 1996.

^{ix} A presidente Dilma Vana Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e sucessora do então presidente Lula foi eleita no dia 31 de outubro de 2010, em segundo turno, tendo como vice-presidente Michel Temer. A presidente da república fazia parte do Governo Lula, como ministra de Minas e Energia e posteriormente tornou-se chefe da Casa Civil.

^x Oliveira (2004) define trabalho docente como atividade em sala de aula, e na forma mais complexa, também a dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Para uma conceptualização alternativa de accountability em educação. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.33, n.119, 2012. Disponível:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302012000200008&lng=pt
Acesso em: 20/10/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Fracasso Escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção do fracasso escolar. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Guia Geral do Pró-Letramento**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Guia Geral do Pró-Letramento**. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Manual do pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece. Brasília, DF, 2012.

_____. Biblioteca Virtual da Presidência. Biografia do ex-presidente Lula. Disponível em: http://imprensaacervo.planalto.gov.br/download/pdf/Biografia_PR.pdf. Acesso em: 13/10/2012.

_____. Biblioteca Virtual da Presidência. Biografia da presidente Dilma Vana Rousseff. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidente-atual>. Acesso em: 02/03/2013.

_____. Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Disponível em: www.pacto.gov.br. Acesso em: 01/03/2013.

_____. Medida provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e, dá outras providências. Disponível em: www.pacto.gov.br. Acesso em: 01/03/2013.

_____. Portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012. Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Disponível em: www.pacto.gov.br. Acesso em: 01/03/2013.

_____. Portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013. Define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Disponível em: www.pacto.gov.br. Acesso em: 01/03/2013.

CABRAL NETO Antônio; MACÊDO, Valcinete Pepino de. Os desafios da formação continuada de professores: uma reflexão sobre o Programa GESTAR. In: CABRAL NETO Antônio; NASCIMENTO, Ilma Vieira do; LIMA, Rosângela Novaes. **Política pública de educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

FREITAS, Helena Costa Lopes. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100 – Especial- 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300026&lang=pt. Acesso em: 29 set. 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Sociedade & Educação**. Campinas, v.33, n.119, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302012000200004&lng=pt Acesso em: 20/12/2012.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO. **Declaração de Dakar**, 2000.

LIMA, Rosângela N. Políticas educacionais e a lógica neoliberal para a educação básica. In: _____; GEMAQUE, Rosana M. O. **Políticas Públicas Educacionais: o Governo Lula em questão**. Belém: CEJUP, 2006.

LUZ, Iza Cristina Prado da. **Política de formação continuada de professores: a repercussão do programa Pró-letramento no trabalho de professores de escolas públicas**, 2012. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPA. Belém.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A política da OCDE para a Educação e a formação Docente. A Nova Regulação? 2009. [digitalizado].

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, n. 89, 2004.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Uma Escola do Tamanho do Brasil. 2002. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos/me001806.pdf>. Acesso em: 21/08/2012.

PINO, Mauro A. B. Del; VIEIRA, Jarbas Santos; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho Docente, controle e intensificação: câmaras, novo gerencialismo e práticas de governo. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha. **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

SANTOS, Terezinha F. A. M. dos. **Conversas impenitentes sobre a gestão na educação**. 22 ed. Belém: EDUFPA, 2008.

SCHEIBE, Leda. Valorização e Formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, v. 31, n 112, 2010.